

# A (Des) Construção dos padrões normativos de gênero

## The deconstruction of the patterns normative of gender

Karine Mageste Ferreira<sup>†</sup>, Larissa Primo Pereira Lasneau<sup>†</sup>, Adriana Vasconcelos Bernardino<sup>‡\*</sup>

**Como citar esse artigo.** Ferreira, K.M.; Lasneau, L.P.P.; Bernardino, A.V. A (Des) Construção dos padrões normativos de gênero. Revista Mosaico. 2019 Jan./Jun.; 10 (1): SUPLEMENTO 56-62.

### Resumo

O presente artigo baseia-se em uma abordagem histórica e psicossocial para discorrer sobre os estereótipos de gênero à construção e à desconstrução de padrões normativos de gênero, em contraposição às possibilidades de subjetivação, num cenário cultural de pluralidade identitária e, ao mesmo tempo, tradicionalista. Discutiremos sobre os papéis estereotipados que nos são determinados, apoiados ainda em um forte contexto histórico herdado do patriarcado, acentuando determinadas crenças sobre gênero. O modelo tradicional de masculinidade, que predominava de forma inquestionável até meados do século XX, ignorando as necessidades afetivas e valorizando características como a competitividade, a preocupação com o desempenho, o autoritarismo, a dominação e a opressão, vem sendo questionado como pilar maior da identidade masculina tradicional. Enquanto isso, as mulheres abrem mão do papel de “Rainha do Lar”, “Sexo frágil”, “Submissa”, ao qual estavam secularmente atreladas. Esse processo de transformação nos papéis femininos e masculinos, multiplicados por todo o mundo, marca a sociedade contemporânea, pela conquista de diferentes posições e necessidades de adaptações por que passam os novos paradigmas permeados pelas questões de gênero.

**Palavras-Chave:** Gênero, Desconstrução de Gênero, Pluralidade identitária.

### Abstract

This article uses a historical and psychosocial approach to talk about gender stereotypes going from the construction of normative patterns of gender to its deconstruction, in contrast to the possibilities of subjection, in a cultural scene of identity pluralism and at the same time traditionalism. We will discuss the stereotyped roles that are constructed, based on a strong history inherited from the patriarch, accentuating certain beliefs about gender. The traditional model of masculinity, that has been the predominant model and remained unquestioned until the XX mid-century, by ignoring affective needs and putting more weight on characteristics such as competitiveness, concerns over performance, authoritarianism, domination and oppression is being questioned as the main pillar of the traditional masculine identity. Meanwhile, women are giving up on the roles of “housewife”, “fragile sex”, “submissive” to which they have been interlaced with for centuries. This process of transformation in the feminine and masculine roles, marks the contemporary society, by the conquest of different positions and needs of adaptations by which the new paradigms permeated by the questions of gender goes through.

**Keywords:** Gender, Gender deconstruction, Identity plurality.

## Introdução

A despeito das muitas mudanças sociais observadas nas últimas décadas, o fato de que homens e mulheres experimentam uma relação hierarquizada tem sido apresentado em vários estudos e pode ser facilmente observado por nós, diariamente. As relações de gênero são atravessadas por uma dinâmica de dominação e poder. O poder, necessariamente, implica numa relação de dominação, em nossa realidade, de homens sobre as mulheres. Entretanto, pensar esta dinâmica de forma unilateral, ou seja, como uma barbárie masculina representa também persistir no erro da vitimização

de mulheres. Temos que considerar a mulher também como protagonista nesta relação, sujeito dominando, heterônomo, não autônomo, mas o é (CHAUI, 1985).

Apesar de a distinção entre homens e mulheres ser interpretada de variadas formas, dependendo da sociedade que se tome como referência, as características do estereótipo feminino e masculino apresentam-se como um dado universal. Quanto à terminologia “padrões normativos de gênero”, é comum o seu emprego na tradução de aspectos individuais, relevantes para cada categoria de gênero, que contribuem para a tomada de consciência que um indivíduo tem do próprio sexo. Resumidamente, as identidades ou padrões normativos

Afiliação dos autores: <sup>†</sup> Discente do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade de Vassouras, Vassouras, RJ.

<sup>‡</sup> Doutora, Docente do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade de Vassouras, Vassouras, RJ.

Email para correspondência: adriana.uss@gmail.com

de gênero dizem respeito aos significados e traços que um indivíduo porta e que o classifica como feminino ou masculino (FRANÇA, 2005).

Foram séculos protagonizados pelas mulheres, que resultaram em mudanças de paradigmas masculinos e femininos, independência, direitos de escolha e autonomia, e hoje, a situação é bem diferente: poucos homens conseguem se manter exclusivamente no lugar que lhe fora designado, por tantos anos, como o de provedor da família. Em contrapartida, os anos 1970 e 1980 foram emblemáticos para as mulheres, que entraram no mercado de trabalho, tomaram pílula e queimaram sutiãs. Causando ainda uma verdadeira revolução das mentalidades (COSTA, 2008).

Sem dúvida, o movimento feminista trouxe à tona uma série de questões e reflexões imprescindíveis à revisão dos papéis de gênero e das relações de poder que se estabeleceram entre homens e mulheres durante a era do patriarcado. A partir de então, construções sobre os papéis de gênero passaram a demandar reformulações. Papéis antes estabelecidos, tipicamente, como masculinos e femininos começaram a se redefinir de forma mais horizontalizada. No mundo do trabalho, frequentemente, os homens passaram a disputar com as mulheres cargos ou tarefas, ameaçados pelo bom desempenho feminino. Além disso, sexualmente, a mulher deixou de ser apenas objeto da satisfação masculina e agora exige também ser satisfeita. Assim, dois aspectos cruciais sobre os quais se apoiava a concepção patriarcal de masculinidade e de feminilidade se tornaram obsoletos e hoje, se encontram fortemente abalados e dão lugar aos novos paradigmas decorrentes desta (des) construção de gênero observada no século XXI: uma verdadeira redefinição de papéis sociais, hoje já bem mais flexibilizados (LOURO, 2000). O presente artigo tem como objetivo gerar uma reflexão acerca dos padrões normativos de gênero e sua influência na vida das pessoas, revelando o quanto toda essa normatividade e mesmo desconstrução são capazes de gerar conflitos, desmapeamentos e angústias das mais diversas ordens que hoje, impactam nos relacionamentos afetivos, conjugais e profissionais.

## **Gênero, transformações e mudanças**

De um lado chuteiras, bolas, futebol e a cor azul; do outro lado, a cor rosa, panelinhas e bonecas. Parte da sociedade está dividida entre coisas de menina e de menino mas como essas definições se estabeleceram? Ao contrário do que muitos pensam, o conceito de gênero se difere do conceito de sexo. O termo gênero obteve seu reconhecimento a partir da década de 1970 e implica construções sócio-culturais, políticas, e econômicas que se transformaram ao longo do tempo atribuindo ao indivíduo um papel feminino ou masculino dentro da

sociedade. Já as características biológicas, anatômicas e fisiológicas são pertencentes ao conceito de sexo que define as diferenças físicas entre homens e mulheres. Ou seja, gênero e sexo nada mais são do que uma distinção entre cultura e natureza (ARAUJO, 2005).

As primeiras discussões acerca do conceito de gênero surgiram inicialmente entre as feministas americanas, que procuravam obter uma resposta das distinções baseadas no sexo. Este conceito impõe uma questão em relação ao determinismo biológico subentendido no uso dos termos como “sexo” ou “diferença sexual”. Segundo Camacho:

Gênero tem sido o conceito mais utilizado para analisar as relações entre a subordinação das mulheres e as transformações sociais e políticas. Gênero denota o significado político, social e histórico referido a um determinado sexo. Alguém nasce macho ou fêmea: alguém é “feito” homem ou mulher. E o processo de “fazer” homem ou mulher é histórico e culturalmente variável, podendo, portanto, ser potencialmente alterado através da luta política e das políticas públicas. Entretanto, a maneira como os interesses de gênero são definidos e articulados no interior das instituições políticas dão pistas para o entendimento das relações entre “mulher” e “política” (1997, p. 30).

O conceito de gênero pontua ainda, uma relativização das delimitações normativas de feminilidade. As feministas que muito se preocupavam com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram, então, este termo para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. A partir desse pensamento mulheres e homens eram classificados em termos recíprocos e nenhum entendimento poderia subsistir a respeito de um que não fosse contextualizado associado ao outro.

Uma percepção mais ampla sobre gênero exige a reflexão de que os indivíduos se tornam homens e mulheres num processo continuado, ativo, construído através de práticas sociais masculinizantes e feminizantes, de acordo com as diversas concepções de cada sociedade; como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais, o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja etc. são “generificadas”, ou seja, expressam as relações sociais de gênero. Em todas essas afirmações está presente, sem dúvida, a ideia de formação, socialização ou educação dos sujeitos (LOURO, 1997).

A declaração da autora francesa Simone Beauvoir defende a distinção entre gênero e sexo, afirmando que nos reconhecemos homens ou mulheres a partir do conjunto de características culturais impostas para formação de padrões de gênero. E sobre a ocupação da mulher em um papel que está abaixo da sua condição, qualificada a partir do masculino, como se fosse um homem castrado e não um ser feminino de fato. “Ninguém nasce mulher,

torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico, define a forma que a fêmea assume no seio da sociedade” (1980, p.9).

Para Scott (1995), o gênero atribui-se de conteúdos simbólicos culturais de uma sociedade, expressam representações dos conceitos normativos criados de forma doutrinária. Pertencer ao gênero feminino ou masculino induz a uma percepção diferente de mundo, e também quanto à classificação de poder, isto é, na constituição do poder. Deste modo, é possível identificar as ligações de poder nas relações entre mulheres e homens, trazendo a diferença entre os gêneros e originando os papéis sociais de ambos. “O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995. p.86).

Ainda segundo Scott (1995), torna-se necessário transpor os seus usos descritivos, buscando a reformulação de questões teóricas. Propõe, ainda, que, no seu uso descritivo, o conceito gênero está fortemente associado ao que se refere às mulheres, sem o suporte necessário para questionar ou transpor barreiras históricas existentes. Dessa forma, não teria sido suficiente às historiadoras das mulheres provarem que as mulheres tiveram uma história, ou que elas participaram das mudanças políticas principais da civilização ocidental. Num primeiro momento, grande parte dos historiadores considerou irrelevante a história das mulheres.

Esse tipo de reação encerra segundo Scott (2005), um desafio teórico que propõe um necessário conhecimento de todas as relações existentes e vivenciadas entre homens e mulheres no passado e a vinculação deste passado com o presente histórico. A autora destaca, ainda, que a questão de gênero, no seu uso descritivo, tem recaído somente nos trabalhos sobre temas em que se torna evidente a relação entre os sexos: as mulheres, as crianças as famílias, etc. Teoricamente, temas como a guerra, a diplomacia e a alta política não estavam relacionados a essas relações.

O conceito de gênero parece fugir a esses objetivos e, portanto, considerado pouco importante para a discussão dos historiadores que desenvolvem estudos sobre os aspectos no campo político e do poder. A consequência é a adesão a uma visão funcionalista que tem por base a biologia e a perpetuação da ideia das esferas separadas na escrita da história: a sexualidade ou a política, a família ou a nação, as mulheres ou os homens ( NOGUEIRA, 2001).

Os estudos sobre gênero, que estamos aqui apresentando, pretendem conduzir a uma reflexão acerca da necessidade da rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária “masculino *versus* feminino” e a importância de sua historicização, revertendo-se e deslocando-se a construção hierárquica, sem aceitá-

la como óbvia ou como essência de tudo. É o que nos aponta Laurentis:

As concepções culturais de masculino e feminino como duas categorias complementares, mas que se excluem mutuamente, nas quais todos os seres humanos são classificados formam, dentro de cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais. Embora os significados possam variar de uma cultura para outra, qualquer sistema de sexo-gênero está sempre intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade. Sob essa ótica, a construção cultural do sexo em gênero e a assimetria que caracteriza todos os sistemas de gênero através das diferentes culturas (embora cada qual de seu modo) são entendidas como sendo sistematicamente ligadas a organização da desigualdade social (1994, p.38).

Dessa forma, percebemos que tais concepções não devem se constituir em oposição, mas relacionar-se mutuamente, sendo que por esta lógica cada uma é condição de existência da outra. Para compreendermos, o contexto em que homens e mulheres se encontram atualmente, entendemos como necessário realizar um breve estudo sobre o início das concepções de gênero e o quanto a “História das mulheres” influenciou nos caminhos e des-caminhos de transformações. Observamos que, desde as décadas de 1970 e 1980, diante de muitas lutas, discussões e posicionamentos as mulheres tornaram-se objeto de estudo e sujeitos da História. Para Scott, uma autora que realizou uma análise crítica em relação à história das mulheres:

As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas, como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente. “Aprendemos”, escreviam três historiadoras feministas, que inscrever as mulheres na história implica necessariamente na redefinição e no alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva, quanto às atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que, por mais hesitante que sejam os passos iniciais, esta metodologia implica não apenas em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história (SCOTT, 1990, p. 2).

O século XX foi palco de importantes conquistas ocorridas no universo feminino na civilização ocidental, que conduziram a alterações nas relações entre homens e mulheres. A saída da mulher dos limites de seu lar e as compensações que teve, tais como independência econômica e aumento do poder de decisão sobre sua vida, levaram-na à construção de uma nova identidade. Segundo Del Priore:

Foi sem dúvida a partir de 1970, com a “Nouvelle Histoire” favorecendo a expansão da antropologia histórica, que se colocou em debate o papel da família e da sexualidade, e com a história das mentalidades, voltada para as pesquisas sobre o popular, que se inaugurou uma conjuntura mais aberta para se ouvir falar a mulher (1988, p.13).



O mundo assistiu a uma grande diversificação de papéis e ampliação do campo na atuação feminina, dentro e fora do lar, no decorrer do último século. Apesar da ideia preconceituosa de que a mulher não poderia possuir razão, algumas mulheres aproveitaram a oportunidade ao conviver com escritores e poetas para se firmarem no campo intelectual. Criou-se um desejo de combater a desigualdade política e de direitos, ganhando forças, a luta por melhores condições de trabalho e de participação na sociedade (SCOTT, 2009).

O movimento feminista, que tomava grandes proporções nesta época, também defendia a desconstrução dos sujeitos: histórico, político e social e promovia a análise dos grupos sociais, historicamente excluídos. Questões que eram, até então, consideradas próprias do espaço privado, passaram ao âmbito público por vozes femininas, a partir de suas próprias experiências. A busca de emancipação feminina era entendida como uma questão que envolvia dimensões sócio-culturais, não podendo ficar restrita a um debate sobre a condição da mulher (BERNARDINO, 2007).

São inegáveis os sinais de mudanças significativas, e até mesmo revolucionárias, que acometeram homens e mulheres nas expectativas sobre eles mesmos, e nas expectativas do mundo sobre o lugar destes na sociedade e o panorama que se estabeleceu foi, segundo Bauman (2001) um caráter fluído e líquido nas relações e nas concepções como as de gênero, por exemplo. Para o autor, enquanto antigos conceitos sólidos têm forma nítida, mantida com facilidade, os fluídos ou líquidos não apresentam dimensões espaciais rígidas, tornando-se muito vulneráveis. Segundo o autor, a modernidade trouxe à luz um processo grande de liquefação, de derretimento e desconstrução dos valores sólidos estabelecidos anteriormente, representando um rompimento com o passado e a tradição. Bauman ressalta que esta desconstrução deveria ser gradativa, abrindo espaços para “novos e aperfeiçoados sólidos”, sem que proporcionasse tantas inseguranças. Pode-se dizer que nesse processo de derretimento, a consequência foi a desconstrução de padrões e configurações institucionalizados, que adquiriram um caráter fluído, instável, volúvel, com forte tendência, portanto, à mutabilidade.

As noções, bem demarcadas, sobre o que se considerava certo, ou errado, perderam suas delimitações. Conceitos de desvio de comportamento, pensamento ou desejo perderam clarezas. E instaurou-se, repentinamente, um universo pluralista, carregado de possibilidades de escolhas, limitadas apenas pelo respeito à individualidade do outro, o que tem sido identificado como um grande desafio a ser superado, por homens e mulheres, no século XXI (BERNARDINO, 2007).

## Novos paradigmas das questões de gênero

Neste tópico iremos discorrer sobre o impacto da desconstrução da masculinidade e feminilidade que começam a se apresentar justamente em meados do século XX, momento em que as mulheres passam a conquistar maior autonomia, alguns direitos e a investir na desconstrução de interditos sexuais. Ao mesmo tempo, o homem se depara com uma grande crise de identidade, pois aquilo que fundamentava a sua existência começa a passar por diversos questionamentos.

No que se referem ao gênero, construções sobre os papéis de homens e mulheres precisam ser discutidas e reformuladas. Funções e tarefas até então relacionadas ao sexo feminino e masculino, a partir das modificações nas relações de gênero, começam a ser redefinidas. Exigência de relações “normais” que seguem padrões tradicionais, entre homens e mulheres, eram necessárias, na concepção de equilíbrio que a sociedade mantinha. Dessa forma, cobrava-se das mulheres e dos homens comportamentos que deveriam ser sempre hierarquizados, de modo que reproduzissem os valores e estereótipos bem definidos de poder e submissão entre homens e mulheres, respectivamente (LOURO, 2000).

Os papéis de gênero estavam tão arraigados nestes personagens que, algumas mulheres de grandes centros urbanos, associavam diretamente símbolos de ascensão social, profissional e de status, como carros, prestígio e poder, à expressão de seu lado masculino. Da mesma forma os homens identificavam suas necessidades afetivas e fragilidades, referindo-se ao seu suposto lado feminino. Pressupostos que não permitiam o questionamento dessas construções culturais, sociais e históricas e que acabavam por reafirmar identidades e estereótipos muito bem definidos e delimitados. Falava-se de masculinidade e de feminilidade como concepções atreladas ao modo de agir, independentemente do sexo biológico (BERNARDINO, 2015).

Sobre este assunto, Castells (1999, p.127) afirma: “É inegável o peso que as construções sociais de gênero têm sobre a sociedade, especialmente no que tange ao “ser mulher” como detentora da responsabilidade pelos trabalhos domésticos e pela educação dos filhos” (grifos do autor). Esse tipo de abordagem postula que as diferenças entre homens e mulheres são absorvidas desde muito cedo, porque os agentes institucionais e socializadores como a família, a escola e, além disso, as mídias influenciam, por meio de reforços ou processos de identificação, as atitudes e comportamentos típicos a cada sexo, inculcando uma noção do que cada um deve fazer para que seja compreendido como homem ou como mulher, constituindo-se como determinantes no desenvolvimento de suas personalidades e influenciando seus modos de agir.

Estudos acerca das relações de poder entre os cônjuges, apontam que se encontram associadas à figura do homem, maior responsabilidade, apoio e proteção à família e que tenha por características independência, assertividade, iniciativa, decisões e necessidade de realização. Enquanto às mulheres, cabem a responsabilidade da casa e a criação das crianças, associando-se a isso características como sensibilidade, ternura, emotividade e necessidade de afiliação (JABLONSKI, 2007; ROCHA-COUTINHO, 2013).

A sociedade desde sempre, alimentou expectativas e sistemas de crenças que ditam comportamentos e atividades típicas para homens e mulheres; dessa forma, as mulheres, ao permanecerem vinculadas aos seus estereótipos, continuam sendo as grandes responsáveis pelos encargos familiares, mesmo assumindo atribuições cada vez maiores no mundo do trabalho e na composição de renda financeira da família (JABLONSKI, 2007; SORJ, 2007).

Há autores como Gundelach (1991), que ao discutirem mudanças em condutas e padrões de gênero ocorridos ao longo do século XX, afirmam ter havido uma radical substituição dos constructos autoritários pelos libertários. Podemos compreender que tal substituição seja atribuída a mudanças fortemente influenciadas pelo crescimento e desenvolvimento no nível geral de cultura e escolarização das gerações mais novas. Portanto, o processo de influências bidirecionais e as condutas recém adquiridas trazem modificações, produzindo atitudes que serão vetores para o estabelecimento de outros valores e novos paradigmas que se repetem continuamente.

A argumentação deste autor (GUNDELACH, 1991) permite que se levante como hipótese que a um período de maior “turbulência”, em que alterações drásticas estão presentes, caracterizando quase que um rompimento com o certo e o errado vigentes, suceda um outro tempo de busca por maior equilíbrio. Isto ocorre quer porque os efeitos das mudanças são avaliados e “corrigidos nos seus excessos”, quer porque, como processo, ele admite uma constante, um movimento que se perpetua sempre, provocando o aparecimento de novas formas de lidar com as situações que, por sua vez, também já se modificaram.

É nesta convulsão de novidades e conquistas que nos damos conta do colapso em que entrou o modelo de homem auto-suficiente, paradigma de conquistador e dominador. Esse homem, deslocado de tudo que o ativismo cultural legou para ele, começa a passar por crises de estranhamento, buscando alternativas para que, mesmo não abrindo mão de muitas das conquistas herdadas de seus antepassados, pelo menos deixe de lado alguns valores tradicionalmente repassados de pai para filho dentro de culturas patriarcais (SANTOS, 2007).

Ao tentarem redefinir seus lugares em uma sociedade eminentemente patriarcal, homens e mulheres vivenciam permanências e rupturas que estão presentes até hoje. Isto significa conviver com um descontentamento com o passado, que insiste em trazer à luz, uma análise depreciativa de como as mulheres eram criadas, da sua submissão, dos limites estreitos impostos ao seu movimento dentro dos grupos sociais e às possibilidades de escolha profissional, ao mesmo tempo em que se convive com angústias trazidas pelas novas possibilidades e configurações nos padrões de gênero (BIASOLI-ALVES, 2000).

Segundo Bernardino (2015), o modelo de homem como “chefe de família”, que deve sustentar a casa com o seu emprego, e o da mulher, responsável pelos cuidados da casa e educação dos filhos, adquirem outras funcionalidades e já é possível encontrar mulheres emancipadas e ativas no mercado de trabalho, sustentando a casa, dividindo as despesas e cuidando dos afazeres domésticos.

Ainda segundo a autora, em relação aos homens, acredita-se que, em grande parte, o espaço na casa, deixado pela ausência da mulher ao se inserir no mercado de trabalho, juntamente com a cobrança social que tem recaído sobre eles para que expressem um comportamento mais participativo e envolvente nos relacionamentos afetivos e familiares, vem contribuindo para o surgimento de uma nova concepção de masculinidade, de modo geral, e de paternidade, em particular.

Na contemporaneidade, homens e mulheres estão sendo levados a repensar suas atitudes e papéis, bem como a analisar suas necessidades individuais para além dos estereótipos instituídos pela lógica patriarcal, ou seja, repensar as bases de sua própria identidade. Todo esse movimento parece provocar modificações nos padrões de comportamento entre homens e mulheres, trazendo como consequências algumas dificuldades, desajustes e disfuncionalidades familiares (BERNARDINO, 2015).

Mesmo em se tratando de um movimento lento de transformações nos papéis femininos e masculinos, as mudanças existem. Em muitos casos, o que vemos são pequenas batalhas a serem travadas por homens e mulheres que enfrentam a forte resistência social, religiosa e cultural, à quebra de paradigmas nos padrões de gênero, fazendo emergir as mais diversas formas de violência. Aos homens, cabe a compreensão de que a masculinidade só se tornará menos arriscada quando deixar de ser definida por oposição à feminilidade (BADINTER, 1993, p.146)

A modernidade que chegou até nós por meio de crises em diversos setores tais como o social, econômico, religioso; não pode também menosprezar a crise das identidades, sendo a crise relacionada ao gênero uma delas, que toma espaço no momento (NOLASCO, 1995, p.28).

Os últimos estudos sobre gênero vêm revelando uma crise no desempenho dos papéis masculinos e femininos. Todo esse movimento parece provocar alterações nos padrões de comportamento feminino, em relação à maternidade e ao papel conjugal, pois a “nova mulher” tem pela frente a função de encontrar uma forma de conciliação das tarefas anteriormente exercidas, por ela, com seus novos papéis conquistados. Felizes com sua ascensão profissional, porém preocupadas em não conseguir atender às necessidades de sua família, pertinentes ao seu papel de esposa e mãe e sem encontrar disponibilidade para si mesma, surge na mulher contemporânea uma angústia gerada pelas exigências que lhes são impostas, transformando a mulher num Ser-Multifuncional, onde as cobranças e expectativas em relação a ela se revelam sobre-humanas e lhes trazem culpa, cansaço e desgaste como conseqüências (BERNARDINO, 2007).

Com relação ao novo modelo de masculinidade, se identifica o vazio vivenciado pela falta de modelos identitários hegemônicos para descrever sua nova condição masculina. Os reflexos dessa crise se devem à maior participação das mulheres no campo do trabalho, no avanço da tecnologia, no campo da sexualidade, na pluralidade de papéis e identidades sexuais, na redefinição do papel de pai, na maior preocupação com o corpo e com a estética, levando-o a buscar um modelo que melhor conseguisse descrever suas novas subjetividades e pluralismo. No entanto, isto não ocorre sem contradições: ao mesmo tempo em que se busca modelos modernos de masculinidade, se vivencia o apelo pelas referências tradicionais. Necessariamente, nem todos conseguem se ver totalmente no modelo tradicional, nem totalmente no modelo que chamaríamos contemporâneo de masculinidade (SILVA, 2006).

Chegamos ao final deste tópico, identificando que as transformações experimentadas por homens e mulheres, nas últimas décadas, provocaram-lhes inúmeras inquietações como a culpa, o medo e a sensação de fracasso. A tão buscada conciliação entre seus papéis tradicionais e os novos, só será possível, portanto, quando deixarmos de ver a sua condição de gênero atrelada pura e simplesmente às crenças sexistas. Produzir uma nova identidade de gênero significa encerrar nossas subjetividades em modelos sociais e culturais que não necessariamente se relacionam à contingência histórica que vivemos, uma vez que, todo e qualquer papel desempenhado socialmente, muda de acordo com a contextualização histórica na qual está inserido, e o que atualmente é desqualificado pode vir a ser uma referência positiva amanhã.

## Considerações finais

As questões de gênero se tornaram, nas últimas

décadas, assuntos de muitos estudos, debates e pesquisas científicas. As diversas alterações ocorridas no final do século XX influenciaram de maneira significativa as nossas atitudes e relacionamentos, possibilitando o surgimento de novos padrões, problemas e desafios. É possível perceber que mesmo diante de transformações significativas, ainda impera um discurso dominante que nos remete à submissão e inferioridade da mulher em comparação ao homem. Ideias, segundo as quais, homens não choram e têm uma postura mais assertiva e de que as mulheres são sensíveis, passivas e frágeis, continuam sendo reforçadas e internalizadas por muitos indivíduos, correntes ideológicas, instituições e setores da sociedade. Um relevante conjunto de estudos tem demonstrado que na vida cotidiana, inúmeros aspectos parecem continuar imputados à incumbência feminina e que os casais parecem vivenciar um conflito entre as propostas igualitárias modernas e as práticas hierárquicas tradicionais.

A tão falada igualdade de gênero parece desdobrar-se entre os antigos traços de um discurso social rígido que, até o fim do século XX atribuía aos homens e mulheres papéis e posições bem definidos e apoiados em relações totalmente verticalizadas e os atuais parâmetros que prevêem papéis flexíveis e plurais, apoiados em relações que horizontalizaram-se repentinamente. A perda de validade de valores e modelos da tradição e a incerteza das novas propostas que se apresentam, desafiam homens e mulheres a conviverem com certa fluidez e abrem um leque de possibilidades. Isto nos leva a afirmar, sem receio, que no século XXI assiste-se a um desmapeamento como consequência de um movimento de constantes alterações nos valores, práticas e papéis que as pessoas desempenham, em um número considerável de sociedades.

Acreditamos que seja possível construir uma masculinidade ou uma feminilidade sem hegemonia, sem tantos rigorismos ou fechamentos identitários, e a saída que apontamos, parte da definição do próprio sujeito em relação à construção de sua identidade de forma menos determinista e normativa em relação aos papéis e funções permanentes de gênero.

## Referências

ARAÚJO, M. F. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 41-52, 2005. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652005000200004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200004&lng=pt&nrm=iso)>. ACESSO???

BADINTER, E. XY: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.  
BEAUVOIR, S. de *O Segundo Sexo*, VI, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERNARDINO, A.V. da S. *As transformações no papel da mulher na passagem do século XX para o XXI e o surgimento de uma angústia: um estudo de caso em Vassouras*. 2007. 96 p. Dissertação (Mestrado em História

Social) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2007.

BERNARDINO, A.V. da S. Convivendo com a Mulher Contemporânea: Com a Palavra, Maridos e Filhas. 2015. 125 p. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 16 (3), 233, 2000.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.

CAMACHO, T. Mulher, trabalho e poder: o machismo nas relações de gênero da UFES. Vitória: EDUFES, 1997.

CARNEIRO, T. (Org.). Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 203-228.

CASTELLS, M. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, M. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: CARDOSO, Ruth, CHAUÍ, M. & PAOLI, M. C. (Org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*, São Paulo: Zahar, 1985.

COSTA, A. A. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. 2008. Disponível em: [http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos\\_pdf/Empoderamento.pdf](http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf) Acessado em: 22/maio/2019.

DEL PRIORE, M. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos César de. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto/EDUSF, 1998, p.227.

FRANÇA, K. B. (2005). Corpo, gênero e sexualidade: discussões. *Revista de Estudos Feministas (Florianópolis)*, 13(1).

GUNDELACH, P. Panorama des changements valeurs recents em Europe Occidentale. *A New Europe de Base*, 2, 1991, . 3-27.

JABLONSKI, B. O cotidiano do casamento contemporâneo: a difícil e conflituosa divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. In: FÉRES-LAURETIS, T. de A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G.L. *Currículo, Gênero e Sexualidade*, Porto, Porto Editora, 2000.

NOGUEIRA, C. Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

NOLASCO, S. A desconstrução do masculino: uma crítica à análise de gênero. In: *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro, Rocco, 1995, p.16.

ROCHA-COUTINHO, M. L. A difícil arte de harmonizar família, trabalho e vida pessoal. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Casal e família: transmissão, conflito e violência*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. p. 13-33.

SANTOS, R. P. A desconstrução da masculinidade na sociedade patriarcal. In: *I Seminário Nacional de Gênero e práticas Culturais*, 2007, João Pessoa PB. *I Seminário Nacional de Gênero e práticas Culturais - GT 7*. João Pessoa PB: EUFPB, 2007. v. 1. p. 1-1.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 1995, p.71-99.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Publicação Universidade de Salvador. *Educação e Sexualidade*, 2009.

SILVA, L. I. C. Papagaio, pira, peteca e coisas dos gêneros. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SORJ, B. Pesquisas comparativas: uma análise crítica dos indicadores de gênero. *Revista Z Cultural UFRJ*, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 3, p. 1-8, 2007.

Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/pesquisas-comparativas-uma-analise-critica-dos-indicadores-de-genero-de-bila-sorj-2/>>. Acesso: em 16 mar. 2019.